

Análise de Sustentabilidade Ambiental: Estudo de Caso em uma Clínica Odontológica Municipal

Analysis of environmental sustainability: a case study in a municipal dental clinic

Samanta Martins Saldano
Graduanda em Ciências Contábeis (UFSC)

Elisete Dahmer Pfitscher
Doutora em Engenharia da Produção (UFSC)
Docente do Programa de Pós graduação em
Contabilidade da UFSC

Vívian Osmari Uhlmann
Mestranda em Contabilidade (UFSC)

Resumo

O objetivo deste estudo consiste em analisar os aspectos e impactos ambientais de uma clínica odontológica municipal, com relação à sustentabilidade ambiental. A metodologia de avaliação utilizada foi o método Sistema Contábil Gerencial Ambiental - SICOGEA. Os resultados alcançados mostraram um índice de sustentabilidade global de 68,33%, que, de acordo com a tabela de avaliação da sustentabilidade e desempenho ambiental sugerida pelo SICOGEA, representa uma sustentabilidade regular, demonstrando um desempenho ambiental médio. A preocupação maior da clínica é atender à legislação, mostrando pouco interesse pela questão dos impactos ambientais negativos. Em relação aos critérios e subcritérios com maior prioridade para a clínica pesquisada, tem-se como único deficitário o subcritério “Atividade Odontológica”, com um percentual de 38,88%. Como regulares, os critérios “Fornecedores” e “Recursos Humanos”, com um resultado de 62,50% para ambos, e os “Indicadores Gerenciais” com 70,59%; como adequado, o subcritério “Autoclavagem de Resíduos”, com 81,82%, e “Tratamento com Pacientes”, com 75%. Como sugestão de melhoria, estruturou-se o 5W2H, que apresenta medidas de gestão ambiental direcionadas à atividade da clínica odontológica, dentre elas a de aprimorar o processo de tratamento dos resíduos e separação do lixo hospitalar gerado pela organização.

Palavras-chave: Sustentabilidade Ambiental. SICOGEA. Clínica odontológica municipal.

Abstract

The aim of this study is to examine the environmental aspects and impacts of a municipal dental clinic, with respect to environmental sustainability. The evaluation methodology used was the method Environmental Management Accounting System - SICOGEA. The results showed an overall sustainability index of 68.33% which, according to the table to assess the sustainability and environmental performance suggested by SICOGEA, sustainability represents a regular, showing an average environmental performance. The biggest worry for the clinic is complying with the legislation, showing little interest in the issue of negative environmental impacts. Concerning the criteria and subcriteria with the highest priority for clinical research, has as the highest scoring single deficit "Dental Activity," with a percentage of 38.88%. As scheduled, the criteria "Suppliers" and "Human Resources", with a score of 62.50% for both, and the "Management Indicators" with 70.59%, as appropriate, the highest scoring "Autoclave Waste" with 81 , 82%, and "Patient Care", with 75%. As a suggestion for improvement, structured on the 5W2H, which presents the environmental

management measures aimed at the dental clinic activity, among them to improve the process of waste treatment and separation of medical waste generated by the organization.

Keywords: *Environmental Sustainability. SICOGEA. Municipal dental clinic.*

1. INTRODUÇÃO

A constante preocupação e conscientização dos efeitos poluentes causados no meio ambiente vêm aumentando nos últimos anos. Com o conhecimento contínuo e aprofundado das causas que estão impactando o meio em que se vive, a população em geral tem exigido ações de melhorias e de preservação por parte das empresas e dos governos, sendo essa uma forma de amenizar e controlar o que já está ocorrendo e, assim, melhorar a qualidade de vida de todos; pensando não só no presente, como nas futuras gerações, de modo que a conscientização ecológica se torne um movimento global.

Em clínicas odontológicas, o gerenciamento dos resíduos deve ser considerado de suma importância, principalmente no que se refere ao procedimento de descarte. É um problema que precisa da atenção das autoridades competentes e dos próprios administradores do estabelecimento, pois estes resíduos possuem características impactantes e precisam ser tratados de forma adequada e cuidadosa. É obrigatório e indispensável o seu correto manuseio, saber armazenar, coletar e conduzir ao destino certo e adequado, devido ao fato de que os resíduos gerados pelas instituições odontológicas, como as substâncias perigosas, radioativas e objetos perfurocortantes, serem capazes de causar enfermidades e contaminação das espécies, de modo que as consequências podem ser danosas ao meio ambiente.

Assim como as clínicas privadas, as públicas precisam seguir o mesmo rigor da legislação em relação ao meio ambiente. A legislação ambiental está cada vez mais exigente, tendo as empresas sentido a necessidade de aplicá-la, pois perceberam que é fundamental dar a devida atenção ao meio ambiente.

Tendo em vista o cenário, a problemática desta pesquisa fica resumida na seguinte questão-problema: qual o índice de sustentabilidade ambiental de uma clínica odontológica municipal, no que se refere aos aspectos e impactos ambientais que ela ocasiona? Desta forma, o objetivo geral do presente trabalho consiste em analisar a sustentabilidade ambiental em uma clínica odontológica municipal.

Os aspectos em análise têm como ênfase a estruturação de uma alternativa que venha a mitigar os possíveis danos causados pelos resíduos da clínica odontológica ao meio ambiente e à comunidade. Visando um melhor entendimento da problemática ambiental, são abordados alguns temas em relação à gestão ambiental nas instituições. Seguindo esta linha de raciocínio, e tendo como finalidade tratar da sustentabilidade sob o aspecto contábil gerencial, este estudo tem o envolvimento da contabilidade ambiental para auxiliar na tomada de decisão dos gestores quanto aos aspectos e impactos ambientais ocasionados pela clínica estudada.

Para que o objetivo geral seja atendido, é necessário o desdobramento dos seguintes objetivos específicos: relacionar conceitos pertinentes ao tema em estudo; conhecer uma clínica odontológica e o funcionamento das suas atividades; identificar os aspectos e impactos que afetam o meio ambiente; e, propor um plano resumido de gestão ambiental para a clínica odontológica.

Para realizar a avaliação da sustentabilidade e desempenho ambiental desta clínica, foi aplicado parcialmente o método SICOGEA - Sistema Contábil Gerencial Ambiental. Especificamente, utilizou-se a primeira fase, da terceira etapa, do referido método, denominada Investigação e Mensuração.

2. REVISÃO TEÓRICA

Neste item são apresentados temas específicos para uma melhor análise dos resultados e entendimento do estudo de caso.

2.1. Contabilidade ambiental

Com o crescimento da conscientização universal sobre o meio ambiente e seus recursos limitados e ainda percebendo as possíveis consequências que podem trazer o desequilíbrio ecológico, esse assunto vem cada vez mais se associando as diversas áreas de conhecimento, inclusive o contábil. A integração desse tema com o curso de Ciências Contábeis é de suma importância para o futuro contador, que precisa compreender e ter uma visão geral da realidade que se instala e assim relacionar a prática contábil com outras áreas do conhecimento.

Segundo Bergamini Jr. (1999 *apud* Tinoco e Kraemer 2004, p. 63) “a contabilidade ambiental tem o objetivo de registrar as transações da empresa que impactam o meio ambiente e os efeitos das mesmas que afetam, ou deveriam afetar, a posição econômica e financeira dos negócios da empresa”. Nesse sentido a contabilidade ambiental precisa evidenciar em suas demonstrações os seus ativos, passivos e custos ambientais. Essa abordagem de informações ampara nas decisões e formulações de meios para proteger o meio ambiente, amenizando ou até excluindo os impactos causados. Essa atividade não é considerada uma nova contabilidade, ela é um agregado de informações que demonstram de forma adequada, em termos econômicos, quais as ações ambientais produzidas por uma instituição, que transformem seu patrimônio.

Em decorrência do descuido com a natureza e a carência de recursos naturais, cada vez mais acontecem diversos debates sobre tais situações e as soluções indispensáveis para reverter esse quadro. Por esse motivo, é preciso ter conhecimento total do problema, onde grande parte da degradação ambiental decorre dos próprios entes de produção de bens e serviços, também conhecidos como “progresso a todo custo”. A solução para diminuir o progresso não é viável, já que os diversos tipos de produções precisam atender a demanda de cada lugar. É preciso encontrar alternativas para amenizar a degradação, o que se consegue através de pesquisas dos eventos ambientais feitas pelo governo, entidades privadas e Organizações não Governamentais - ONG's, então a relevância da contabilidade que oferece meios de aferição econômica de tais políticas.

Essa utilização insensata dos recursos naturais para a produção de bens e serviços causa além de impactos ambientais, a rejeição das pessoas em geral. Então a gestão ambiental não deve ser entendida como algo que produzirá um custo grande para a empresa, mas sim, como uma forma de demonstrar sua preocupação e responsabilidade e conseqüentemente melhorar sua imagem no mercado, obtendo lucros sustentáveis a médio e longo prazo.

A Constituição Federal diz no artigo 225 que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A Lei 6.938/81 dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação (com redação dada pelas leis nº 7.804, de 18/07/89 e 8.028, de 12/04/90). Esta lei possui vários itens para proteger o meio ambiente e que devem ser usados para a formulação de uma política voltada a todo tipo de resíduo. Fazendo assim um planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais e ainda promover uma

educação ambiental para a comunidade, com o objetivo de disseminar o conhecimento e assim haver uma participação ativa dessa comunidade na defesa do meio ambiente.

2.2. Sistema Contábil Gerencial Ambiental – SICOGEA

O método SICOGEA, foi desenvolvido pela professora Nome de autor no ano de 2004. Esse sistema teve como objetivo inicial focar as empresas rurais, tendo assim alguns termos desta área. Porém, a adaptação desse método é aplicada a todo tipo de empresa. O SICOGEA é desmembrado em três etapas, integração da cadeia produtiva, gestão e controle ecológico e gestão da contabilidade e controladoria ambiental, onde cada uma dessas etapas possui várias fases.

De acordo com Nome de autor (2004), o SICOGEA é um instrumento de gestão ambiental que atrela o meio ambiente e a contabilidade. Contribui para aprimorar e valorizar as atitudes ambientais dos gestores das empresas, que não só constata os impactos ambientais, como buscam mostrar o que esses impactos significam em termos de benefícios e gastos ambientais para a administração. É importante ressaltar que o método SICOGEA foi idealizado a partir do método Gestão dos Aspectos e Impactos Ambientais – GAIA (LERÍPIO, 2004).

Na terceira etapa, que integra três ações principais, quais sejam: Investigação e Mensuração, Informação, e Decisão, ocorre a verificação do grau de sustentabilidade da empresa, através de uma lista de verificação. Na primeira fase dessa etapa, após verificar o grau de sustentabilidade, é evidenciada a atuação ambiental da organização, tendo como objetivo causar uma sensibilização nas partes interessadas para a forma de gestão de suas atividades. A Figura 1 objetiva um melhor entendimento da primeira fase, da terceira etapa, do método adotado nesta pesquisa.

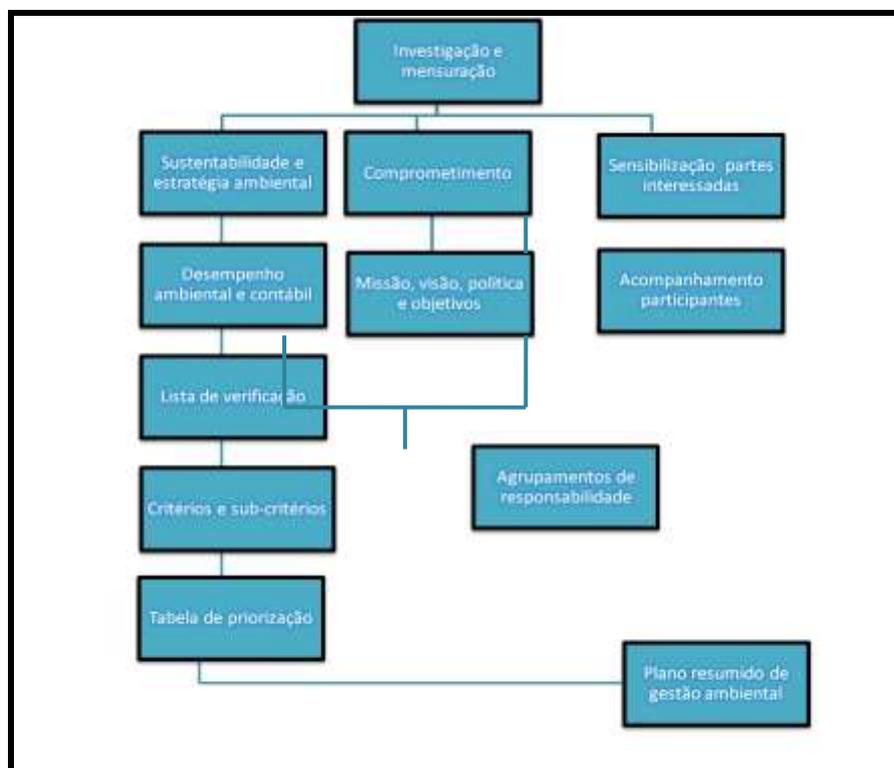


Figura 1: Estrutura da primeira fase, da terceira etapa, do SICOGEA

Fonte: Adaptada de Nome de autor (2004)

A lista de verificação adaptada integra a primeira ação da fase de Investigação e Mensuração. As questões desta lista são divididas em critérios e subcritérios e as respostas obtidas servirão de base para o cálculo geral do índice de sustentabilidade ambiental da clínica odontológica em estudo, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$\text{Sustentabilidade} = \frac{\text{total de quadros A} \times 100}{(\text{total de questões}) - (\text{quadros NA})}$$

A partir do índice de sustentabilidade ambiental obtido através da referida fórmula, faz-se uma relação com o desempenho ambiental, conforme as ponderações apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1: Avaliação da sustentabilidade e desempenho ambiental

Resultado	Sustentabilidade	Desempenho: controle, incentivo, estratégia competitiva.
Inferior a 50%	Deficitária – ‘D’	Fraco, pode estar causando danos ao meio ambiente.
Entre 51 e 70%	Regular – ‘R’	Médio, atende somente a legislação.
Mais de 71%	Adequada – ‘A’	Alto, valorização ambiental com produção ecológica e prevenção da poluição.

Fonte: Adaptado de Lerípio (2001); Miranda e Silva (2002) (*apud* SOUZA RAMALHO, 2009)

Operacionalizado este método, objetivou-se analisar a sustentabilidade ambiental de uma clínica de odontologia pertencente a uma prefeitura.

2.3. Geração de resíduos da atividade odontológica e o meio ambiente

Segundo Bérrios (2003), lixo pode ser entendido como o produto que sai de um sistema, em outras palavras, tudo o que foi rejeitado no processo de fabricação, ou que não pode mais ser reutilizado em função das tecnologias disponíveis. É caracterizado de acordo com sua origem, dividindo-se basicamente em residencial, comercial, industrial e hospitalar.

A importância da limpeza urbana tem o objetivo de evitar os efeitos maléficos do lixo, no caso de agentes físicos, que são os problemas de assoreamento e entupimento; os agentes químicos, que são a contaminação da água e a poluição do ar; os agentes biológicos, que são os animais, plantas e outros seres vivos que podem causar doenças; e os aspectos estéticos e de bem estar, que são os maus odores e a poluição visual que o lixo causa. Nesse sentido, é preciso ter uma visão com a real importância do lixo e suas conseqüências e assim, junto com as autoridades competentes, tomar as decisões corretas e melhor atuar nessa questão.

Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA (2004), hospitais, clínicas, consultórios, laboratórios e outras unidades de saúde devem cumprir as exigências legais para manejar, tratar, acondicionar e transportar o lixo gerado, desde o momento da produção até o destino final. Esses locais, por sua vez, têm de seguir normas que garantam a proteção dos profissionais que trabalham diretamente com o gerenciamento dos resíduos. O objetivo é minimizar a produção de lixo e lhe dar um encaminhamento seguro, visando à proteção dos trabalhadores, a preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente.

As clínicas odontológicas, como a maioria dos estabelecimentos de saúde, produzem uma considerável quantidade de resíduos que podem representar riscos à saúde e ao ambiente. Esses resíduos gerados nas clínicas odontológicas podem ser divididos em biológicos, químicos, perfurocortantes e comuns. É preciso um correto manuseio, saber armazenar, coletar, transportar e fazer a destinação certa dos resíduos gerados pelas instituições odontológicas como o amálgama, raios-X, lixo hospitalar e instrumentos perfurocortantes.

Os resíduos de amálgama gerados em clínicas odontológicas têm provocado preocupações quanto ao risco de contaminação do meio ambiente, devido a sua alta concentração de mercúrio, onde este pode trazer danos à saúde das pessoas, aos animais e vegetais. Portanto, é necessário conhecer o nível de risco a que se está exposto para, então, vigiar todas as atividades que fazem uso do mercúrio.

O mercúrio apresenta duas características que o tornam muito peculiar como agente contaminante, a sua volatilidade, que responde pelas concentrações atmosféricas elevadas, encontradas em áreas que contêm alta quantidade desse metal; e a capacidade de o átomo metálico sofrer transformação biológica, processada por bactérias (FISHBEIN, 1971 *apud* AZEVEDO, 2003).

O tratamento desses resíduos pode ser feito de duas maneiras: por incineração ou autoclavagem. O segundo é considerado ambientalmente correto comparado ao primeiro, pois este último produz a queima do lixo infectado que resultam em cinzas, gases e metais pesados, lançados na atmosfera, causando assim conseqüências malélicas ao meio ambiente. O tratamento de autoclavagem é considerado como o mais moderno para descontaminação do lixo de serviços de saúde, esse procedimento é sugerido para diversos resíduos da área da saúde na nova legislação do Conselho Nacional do Meio Ambiente e da Anvisa. O tratamento é térmico e consiste em manter o material contaminado sob pressão e à temperatura elevada, através do contato com vapor d'água, durante um período de cerca de 40 minutos para destruir todos os agentes patogênicos. Depois, o lixo é triturado e pode ser colocado no aterro, já que não possui mais perigo de contaminação (DIÁRIO CATARINENSE, 2010).

Para um melhor entendimento sobre os resíduos, é necessário saber a respeito das técnicas e a legislação sobre o assunto. O artigo 12 da Lei Federal 2.312, de 3.9.54 diz que "a coleta, o transporte e o destino final do lixo deverão processar-se em condições que não tragam inconvenientes à saúde e ao bem estar público, nos termos da regulamentação a ser baixada". Esta lei foi regulamentada pelo decreto 49.974-A, de 21.1.61.

A Agenda 21 tem como significado, intenções, desígnio, desejo de mudanças para um modelo de civilização em que predomine o equilíbrio ambiental e a justiça social entre as nações. É um processo de planejamento que analisa a situação atual de um país, estado, município e/ou região, e planeja o futuro de forma sustentável (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2002).

O Rio 92 foi uma Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, que queria buscar meios para romper o abismo de desenvolvimento entre o norte e o sul do planeta, mas preservando os recursos naturais da Terra. A intenção era introduzir a idéia do desenvolvimento sustentável, um modelo de crescimento econômico menos consumista e mais adequado ao equilíbrio ecológico. (ESTADÃO, 2007).

A Constituição Federal de 1988, junto com a Reunião do Rio de 1992 e a Agenda 21 (principal documento produzido no Rio 92), estão buscando um meio mais equilibrado e que preserve as futuras gerações, ou no mínimo que haja condições idênticas as usufruídas hoje. Esta preocupação não deve ser somente dos governantes e parlamentares, mas também da sociedade, incluindo jovens e crianças, onde estes têm o dever de participarem.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

A trajetória metodológica dessa pesquisa se dividiu em quatro fases. A primeira é a revisão teórica do assunto em questão, a segunda é a escolha da clínica, a visita e a aplicação da lista de verificação, a terceira é a análise dos resultados obtidos e a quarta é a elaboração do plano resumido de gestão ambiental.

Essa pesquisa é classificada como descritiva e é caracterizada como um estudo de caso único, onde é aplicado SICOGEA em uma clínica odontológica. A escolha dessa clínica municipal se deu de forma intencional. Quanto à abordagem da pesquisa, pode se considerar qualitativa em relação aos resultados obtidos sobre o problema em questão.

Na primeira fase têm-se assuntos sobre a Contabilidade ambiental, Sistema Contábil Gerencial Ambiental – SICOGEA e Geração de resíduos da atividade odontológica e o meio ambiente. Já na segunda fase acontece à escolha da clínica pesquisada, faz-se a visita onde é aplicada uma lista de verificação para a coleta das informações necessárias. Esta lista é componente do SICOGEA, composta por 109 questões divididas em critérios e subcritérios, adaptada aos serviços prestados pela clínica odontológica. Todas as respostas recebidas nessa lista foram alcançadas por meio de uma das pesquisadoras, por estar inserida no ambiente de trabalho da clínica odontológica (dentro da policlínica). E, também com o auxílio de um fisioterapeuta (funcionário da policlínica), que participa de reuniões para segurança do trabalhador e está envolvido com algumas questões ambientais.

Na terceira fase é realizada a análise dos resultados, baseada na metodologia proposta pelo SICOGEA. Nessa fase ocorre à avaliação da sustentabilidade através da aplicação da lista de verificação, dos critérios e subcritérios definidos, podendo-se assim concluir se a clínica está numa situação deficitária, adequada ou regular com relação à sustentabilidade. Além disso, o objetivo central é averiguar as situações deficitárias, destacando as de maior prioridade para a clínica odontológica. Na quarta e última fase é apresentado um plano resumido de gestão ambiental focado nas questões deficitárias da clínica, que podem acarretar ou já acarretam impactos ambientais negativos.

Essa pesquisa se restringe a demonstrar somente a utilização da primeira fase, da terceira etapa, do método SICOGEA. Outra restrição ocorrida nesse estudo de caso consistiu na quantidade de informações obtidas pelos entrevistados na clínica odontológica. Como se trata de uma clínica gerenciada por uma prefeitura, há muitas repartições com suas devidas administrações, onde cada uma é responsável por um departamento.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nessa etapa do trabalho, a finalidade é relatar o estudo de caso, apresentar o resultado alcançado com a análise da sustentabilidade e desempenho ambiental, e por fim, propor um plano resumido de gestão ambiental para a clínica estudada.

4.1. Breve histórico da clínica odontológica

A clínica odontológica estudada localiza-se em Florianópolis e foi inaugurada em agosto do ano de 2007. Foi uma das primeiras unidades inauguradas em Florianópolis pela atual gestão a oferecer consultas especializadas. Situa-se dentro de uma policlínica que tem como finalidade atender a população do município, sendo que alguns exames atendem também as cidades que fazem parte da Grande Florianópolis. Alguns serviços prestados pela policlínica que atende a todos os moradores de Florianópolis são: Cardiologia, Ortopedia,

Oftalmologia, Psiquiatria, Urologia, Geriatria, Neurologia, Reumatologia, Angiologia, Endocrinologia, Fonoaudiologia, Nutrição, Infectologia, Psicologia, Acupuntura, Fisioterapia, Ultra-sonografia e Odontologia especializada. Sendo que os serviços prestados somente aos moradores da região central (os moradores que englobam a região do posto de saúde) são: Clínica Médica, Pediatria, Ginecologia, Odontologia Básica, Farmácia Básica, Vacinas e Preventivo de câncer (Colo e Mama).

A nova policlínica, com 1560 m², que engloba a clínica odontológica em estudo, teve um custo de R\$ 1 milhão e 100 mil vindos do orçamento da prefeitura. É previsto um total de cem profissionais atuando na unidade, que poderá realizar cerca de 10.700 consultas por mês.

A referida clínica odontológica é constituída por quatro consultórios, um sendo de atendimento básico e os outros três de atendimento especializados, um centro de esterilização geral (usado para toda policlínica), quatro compressores, uma sala onde é lavado o material utilizado, uma recepção que também serve para outros atendimentos, banheiros e copa para os funcionários. No momento, a equipe odontológica é formada por um clínico geral e por especialistas na área de Odontopediatria, Periodontia e Pacientes Especiais. Brevemente, terão um Bucomaxilo e um Endodontista, e futuramente serão incluídos um Protésista e um Patologista. Também fazem parte da equipe quatro auxiliares em saúde bucal – ASB's.

4.2. Análise da Sustentabilidade e Desempenho Ambiental

Com base na aplicação parcial do SICOGEA, pode-se concluir através da fórmula utilizada para medir a sustentabilidade: total de quadros A x 100 dividido pelo total de questões menos o total de quadros NA, que a clínica odontológica em análise, obteve uma sustentabilidade global de 68,33% (4100/60). Tendo em vista a Tabela 1, percebe-se que este percentual representa uma sustentabilidade regular, ou seja, é considerado um nível médio, em que a clínica se preocupa em estar dentro dos padrões que atendem a legislação, tendo uma razoável preocupação com o meio ambiente e fatores ligados a poluição. A partir dessa análise, é possível afirmar que é necessário encontrar alternativas para minimizar o impacto desse tipo de atividade no meio ambiente. A Tabela 2 mostra o rol de prioridades a serem notadas pela clínica, de acordo com a sustentabilidade de cada critério e seus subcritérios.

Tabela 2: Sustentabilidade por critério e subcritério da clínica odontológica

Critério	Subcritério	Cálculo	Sustentabilidade	Prioridade
1 Fornecedores	-x-	$(5 \times 100) / (9 - 1) = 62,50\%$	Regular	Terceira
2 Ecoeficiência da Atividade Odontológica		$(16 \times 100) / (40 - 11) = 55,17\%$	Regular	X
2 Ecoeficiência da Atividade Odontológica	a) Atividade Odontológica	$(7 \times 100) / (18 - 0) = 38,88\%$	Deficitária	Primeira
	b) Incineração de Resíduos	X	X	X
	c) Autoclavagem de Resíduos	$(9 \times 100) / (12 - 1) = 81,82\%$	Adequada	Sexta
3 Tratamento com Pacientes	-x-	$(3 \times 100) / (5 - 1) = 75\%$	Adequada	Quinta
4 Indicadores Gerenciais	-x-	$(12 \times 100) / (17 - 0) = 70,59\%$	Regular	Quarta
5 Recursos Humanos na Organização	-x-	$(5 \times 100) / (8 - 0) = 62,50\%$	Regular	Segunda

6 Indicadores contábeis	a) Indicadores Ambientais de Bens, Direitos e Obrigações	X	X	X
	b) Indicadores Ambientais de Contas de Resultado	X	X	X
	c) Indicadores de Demonstração Ambiental Específica	X	X	X

Fonte: dados da pesquisa (2010)

Com a Tabela 2, observa-se que o subcritério “Atividade Odontológica” revela uma situação deficitária de 38,88%, a maior prioridade a ser observada pela instituição. Esse resultado demonstra que a clínica não preza por uma boa gestão ambiental, o que pode estar acarretando danos aos próprios funcionários e usuários de tais serviços, como também ao meio ambiente. Quanto ao seu critério “Ecoeficiência da Atividade Odontológica”, a sustentabilidade resultou em 55,17% o que corresponde a um desempenho ambiental médio.

A Tabela 2 também mostra três situações regulares, de desempenho ambiental médio, consideradas como segunda e terceira prioridades os critérios “Recursos Humanos” e “Fornecedores” respectivamente, com uma porcentagem de 62,50% para ambos, e como quarta prioridade o critério “Indicadores Gerenciais” com 70,59%.

Já o critério “Tratamento com Pacientes” e o subcritério “Autoclavagem de Resíduos” obtiveram uma situação adequada quanto à sustentabilidade. O primeiro apresentou um índice de 75%, ocupando o quinto lugar no rol, já o segundo, com 81,82%, figura como a sexta prioridade. Isso mostra uma boa atuação da clínica em algumas questões ambientais, porém ainda assim apresenta falhas.

Com isso, torna-se possível analisar com particularidade a sustentabilidade ambiental dos critérios e subcritérios e estimar em que nível de comprometimento ambiental a clínica se encontra. Em função disso, é oportuno apresentá-los na forma da lista de verificação utilizada na pesquisa, com suas devidas observações.

CRITÉRIO 1 – FORNECEDORES	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
1. Os fornecedores possuem monopólio do mercado?		A		
2. Os fornecedores apresentam preocupação com o meio ambiente?		D		
3. Para a extração/transporte/processamento/distribuição dos insumos é necessário grande consumo de energia?			NA	Não soube responder
4. Os fornecedores apresentam alternativas para o tratamento de resíduos?		D		
5. Os fornecedores dão garantias de segurança?	A			
6. Os fornecedores dão garantias de qualidade?	A			
7. As compras da clínica só incluem produtos/serviços recicláveis?		D		
8. O armazenamento das compras obedece a normas precisas quanto ao meio ambiente?	A			
9. As compras perecíveis estão sujeitas a uma data-limite de utilização?	A			

Quadro 1: Critério 1 - Fornecedores.

Fonte: dados da pesquisa (2010). Adaptada de Souza Ramalho (2009) (*apud* LERIPIO, 2001 e NOME DE AUTOR, 2004, p. 121)

Pode-se verificar no Quadro 1, que a porcentagem de sustentabilidade do critério “Fornecedores” obteve um resultado de 62,50%, mostrando assim, uma condição regular, onde produz um desempenho médio, atendendo somente a legislação. Houve três questões deficitárias. Uma questão é pelo fato dos fornecedores não se preocuparem com o meio ambiente. A clínica da Prefeitura faz suas compras por meio de licitação, portanto, há muitos produtos que são comprados por valores menores e não possuem a qualidade necessária; entretanto, não se pode generalizar, já que existem muitos produtos baratos e de boa qualidade. Outro aspecto negativo é o fato dos fornecedores não oferecerem alternativas para o tratamento dos resíduos. Seria importante escolher fornecedores que tratassem seus próprios resíduos, mas como vimos anteriormente, as compras são feitas por licitação e muitos desses fornecedores, ainda não possuem a conscientização fundamental sobre a preservação do meio ambiente. A última questão deficitária se deu pelas compras da clínica não incluírem somente produtos e serviços recicláveis, o qual não é totalmente possível, visto que se trata de uma clínica que faz tratamentos odontológicos e utiliza muitos insumos e produtos descartáveis ou que acabam contaminados, como é o caso das luvas de procedimentos, lâminas de bisturis, sugadores, entre outros. Porém, pode-se tentar incluir produtos e serviços recicláveis, como é o caso do papel da autoclave. O material odontológico é esterilizado com esse papel e no momento em que é utilizado, o papel é retirado e armazenado em uma lixeira de recicláveis.

CRITÉRIO 2 – ECOEFICIÊNCIA DA ATIVIDADE ODONTOLÓGICA				
A) ATIVIDADE ODONTOLÓGICA	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
1. A atividade é poluente ou potencialmente poluidora?	D			
2. Ocorre a geração de resíduos perigosos durante a atividade?	D			
3. São gerados efluentes perigosos?	D			
4. Existe algum cuidado especial com o amálgama odontológico?	A			
5. Existe algum tratamento dos efluentes de RX (soluções de fixador, revelador e a água da lavagem) antes do descarte?	A			
6. Existe algum tratamento dos resíduos radiográficos (filmes)?		D		
7. A atividade é responsável por um alto consumo de energia?	D			
8. Existe um alto consumo de água?		A		
9. Existe, na clínica, um manual de segurança interna?		D		
10. Os padrões legais são integralmente atendidos?		D		
11. Existe na clínica um plano de prevenção em caso de incidente grave?	A			
12. As normas de segurança e meio ambiente são rigorosamente respeitadas pelos funcionários?		D		
13. Os equipamentos de proteção individual são fornecidos e usados?		D		
14. Há algum tipo de tratamento especial dos restos de resíduos e efluentes da cuspeira que vão para o esgoto?		D		
15. Os papéis que embalam os instrumentais, bem como outros tipos de papéis e plásticos são reciclados?	A			
16. O produto para limpeza dos instrumentais é poluente?		A		Detergente enzimático
17. É utilizado a separação do lixo comum e do lixo hospitalar?		D		
18. É usado caixa coletora de perfurocortantes?	A			

Quadro 2 : Critério 2 - Ecoeficiência da Atividade Odontológica, subcritério A – Atividade Odontológica. Fonte: dados da pesquisa (2010). Adaptada de Souza Ramalho (2009) (*apud* LERIPIO, 2001 e NOME DE AUTOR, 2004, p. 121).

Analisando o Quadro 2, percebe-se que o subcritério A – “Atividade Odontológica”, apresentou uma situação deficitária com uma porcentagem de 38,88%. Este fato nos aponta a falta de preocupação com o meio ambiente e a poluição, fatores que deveriam ser de alta relevância visto que, a atividade odontológica é grande fonte de poluição, entre algumas delas estão: a manipulação do amálgama que possui mercúrio, os efluentes e resíduos radiográficos, os resíduos perfurocortantes e o lixo hospitalar. A situação deficitária deu-se aos fatos de a clínica odontológica não possuir um tratamento adequado aos resíduos radiográficos antes do descarte e na separação do lixo comum e hospitalar. Também se deve ao fato da clínica não seguir todos os padrões legais exigidos, por não ter um manual interno de segurança (as informações de segurança são passadas através de palestras e de pessoas que já estão há mais tempo no setor) e pela falta de responsabilidade de alguns funcionários que não respeitam algumas normas de segurança e meio ambiente e não utilizam todos os EPIs fornecidos, apesar de muitas vezes, ocorrer a falta de algum desses equipamentos. Em relação à questão 7 da lista, é verificado que o valor não é apurado, pois o setor odontológico faz parte de uma policlínica da prefeitura, assim como a questão 8 que apesar de ser de médio consumo não se sabe o valor certo. Na questão 15 é dito que se adapta, porém não há iniciativa da Prefeitura. São os próprios funcionários que separam o que pode ser reciclado (já que não há lixos diferenciados nos consultórios), e esse material é recolhido pela Coleta Seletiva.

O segundo subcritério não se adaptou a unidade analisada, pois, a clínica odontológica, não utiliza como forma de recurso este critério. Para o tratamento e destino final do lixo hospitalar, a clínica em análise, através de empresa terceirizada, utiliza a técnica de Autoclavagem.

C) AUTOCLAVAGEM DE RESÍDUOS	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
29. Os resíduos hospitalares recebem tratamento de autoclavagem?	A			
30. O lixo é coletado em sacos plásticos, na cor branca leitosa, conforme especificação da norma ABNT, ou nos recipientes apropriados?	A			
31. Os sacos de lixo são depositados em caixas metálicas sem tampa, sem que haja a necessidade de abri-los?		D		
32. O vapor é injetado na câmara para permitir a esterilização propriamente dita?	A			
33. O lixo é separado e encaminhado para um aterro sanitário para deposição final?	A			
34. O lixo triturado, ensacado é armazenado sobre base impermeabilizada com calçamento para caixa de coleta, para recolher o chorume?			NA	
35. Os líquidos que resultarem da lavagem da autoclave são encaminhados para tratamento?	A			
36. Os efluentes são tratados?	A			
37. Há emissão de efluentes gasosos?		A		
38. A instituição tem conhecimento da empresa terceirizada que faz o tratamento dos resíduos hospitalares?	A			
39. A instituição tem realizado visitas “in loco” sobre o tratamento dos resíduos hospitalares com visitas periódicas?		D		
40. A instituição terceiriza o serviço a mais de cinco anos?	A			

Quadro 3: Critério 2– Ecoeficiência da Atividade Odontológica, subcritério C – Autoclavagem de Resíduos.

Fonte: dados da pesquisa (2010). Adaptada de Souza Ramalho (2009) (*apud* LERIPIO, 2001 e NOME DE AUTOR, 2004, p. 121).

Por meio do Quadro 3, observa-se que o subcritério C – “Autoclavagem de Resíduos”, apresentou um índice de sustentabilidade ambiental adequado. Isso se deve ao fato, na maior parte, da empresa terceirizada praticar adequadamente o recolhimento, tratamento e destinação dos resíduos infectados produzidos pela clínica em questão. Neste subcritério, a clínica odontológica obteve um índice de 81,82%. Essa porcentagem é considerada muito boa, porém a clínica apresentou algumas deficiências no que se refere à armazenagem do lixo e quanto à preocupação no acompanhamento *in loco* do tratamento dos resíduos contaminados. Como essa clínica faz parte de uma Prefeitura, esta última tem que ter alguém para fazer essa fiscalização na empresa terceirizada para observar se os resíduos de todas as clínicas no município são tratados de acordo com a Lei.

CRITÉRIO 3 – TRATAMENTO COM PACIENTES	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
44.Existe estrutura física adequada para o tratamento de pacientes?	A			
45.Existe quantidade suficiente de recursos humanos para atendimento aos pacientes?		D		
46. Existe acompanhamento diferenciado aos pacientes com algum tipo de trauma psicológico, tais como o medo?	A			
47.Existe acompanhamento aos pacientes com trauma cirúrgico?	A			
48.Existe conhecimento por parte dos pacientes sobre a valorização ambiental?			NA	Não há conhecimento

Quadro 4: Critério 3 - Tratamento com Pacientes.

Fonte: dados da pesquisa (2010). Adaptada de Souza Ramalho (2009) (*apud* LERIPIO, 2001 NOME DE AUTOR, 2004, p. 121).

O critério 3 “Tratamento com Pacientes”, apresentado Quadro 4, teve uma porcentagem de sustentabilidade de 75%, estando assim, adequada e possuindo um alto desempenho com os seus pacientes. Mesmo com esse índice, houve uma questão deficitária qual mostra que não há quantidade suficiente de recursos humanos para o atendimento dos pacientes. O motivo para tal deficiência resultou da desistência de dois dentistas especializados em endodontia e bucomaxilo, entretanto, outros dois profissionais já estão sendo convocados para tomar posse do cargo e assim solucionar a situação. Outra questão observada foi a do conhecimento por parte dos pacientes sobre a valorização ambiental, que não pôde ser respondida por falta de conhecimento dos entrevistados. Nesse sentido, a clínica deve iniciar uma divulgação, através de campanhas e anúncios visando à conscientização ambiental para os pacientes.

CRITÉRIO 4 – INDICADORES GERENCIAIS	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
49. A organização está submetida a uma intensa fiscalização por parte dos órgãos ambientais municipais, estaduais e federais?	A			
50. A organização é ré em alguma ação judicial referente à poluição ambiental, acidentes ambientais e/ou indenizações trabalhistas decorrentes?		A		
51. Já ocorreram reclamações sobre aspectos e impactos da atividade odontológica por parte da comunidade vizinha?		A		
52. Ocorreram acidentes ou incidentes ambientais no passado?	D			
53. Existe um plano de qualidade ambiental?		D		
54. São realizados investimentos sistemáticos em proteção ambiental?	A			
55. A eficiência de utilização de insumos e matérias primas é				

relativamente observada?	A			
56. Há manual (is) de instrução sobre programas e procedimentos do tratamento de resíduos de serviço de saúde?		D		
57. A quantidade mensal de matérias primas e energia utilizadas na atividade é crescente?		A		
58. A instituição acredita na melhora do <i>marketing</i> com uma gestão ambiental?	A			
59. Existe algum tipo de reaproveitamento de papel e outros?	A			
60. Há possibilidade dos funcionários sugerirem melhorias?	A			
61. O tratamento de resíduos hospitalares é feito por terceiros?	A			
62. São definidas políticas ambientais para o processo de seleção para as empresas que prestam estes serviços?		D		
63. Há acompanhamento dos serviços prestados?		D		
64. É feita manutenção e inspeção dos equipamentos da clínica de maneira a garantir a qualidade ambiental?	A			
65. A direção da instituição é envolvida e comprometida com a gestão da qualidade ambiental?	A			

Quadro 5: Critério 4 - Indicadores Gerenciais.

Fonte: dados da pesquisa (2010). Adaptada de Souza Ramalho (2009) (*apud* LERIPIO, 2001 NOME DE AUTOR, 2004, p. 121).

Observando o Quadro 5, que remete ao critério 4 – “Indicadores Gerenciais”, nota-se um resultado de 70,59 %. Esse porcentual é considerado regular, portanto, existe um desempenho médio onde apenas é atendida a Lei. Em relação à questão 49, a empresa está apta, porém no que diz respeito à fiscalização municipal, é relevante ressaltar que a clínica é municipal e por isso, as ações cobradas por essa fiscalização não são prontamente resolvidas. Outro ponto importante de ser relatado é o da questão 59, sobre o reaproveitamento de papel e outros. Este item se torna apto, por iniciativa de alguns funcionários que separam o que pode ser reciclado e entregam aos funcionários da limpeza, e estes para a Coleta Seletiva.

Há várias questões deficitárias que tornam esse critério regular, começando pela questão 52 que relata ter ocorrido no passado, acidentes ou incidentes ambientais. Um deles foi o deslocamento de uma tubulação que ficava na parte externa da clínica, onde essa tubulação fazia parte da saída de água da cuspideira de um dos consultórios odontológicos, era água contaminada e estava caindo perto de algumas lixeiras que normalmente eram manuseadas pelos funcionários da limpeza. Para evitar esses incidentes é necessário haver uma constante manutenção e avaliação de toda clínica. Outra questão deficitária é a 53, que mostra não possuir um plano de qualidade ambiental, algo muito importante e que deve ser elaborado urgentemente. A questão 56 aponta a falha da clínica por não possuir um manual de instrução sobre programas e procedimentos do tratamento de resíduos de serviço de saúde, algo extremamente necessário, já que muitas instituições tratam seus resíduos de forma errada por falta de informação. Finalizando, as questões 62 e 63 também são deficitárias, pois é necessário definir políticas ambientais para seleção das empresas que prestam esses serviços e depois da escolha, é preciso acompanhar os serviços prestados.

CRITÉRIO 5 – RECURSOS HUMANOS NA ORGANIZAÇÃO	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
66. A administração se mostra efetivamente comprometida com a gestão ambiental?	A			
67. O corpo clínico se apresenta efetivamente comprometido com a gestão ambiental?	A			
68. A clínica atende integralmente as normas relativas à saúde e segurança dos colaboradores?		D		

69. A mão de obra empregada é altamente especializada?	A			
70. A criatividade é um dos pontos fortes da organização e de seus colaboradores?	A			
71. Existe uma política de valorização do capital intelectual?	A			
72. A clínica possui uma política de treinamento na área de gestão de resíduos?		D		
73. É realizado acompanhamento do processo após curso de qualificação?		D		

Quadro 6: Critério 5 - Recursos Humanos na Organização

Fonte: dados da pesquisa (2010). Adaptada de Souza Ramalho (2009) (*apud* LERIPIO, 2001 NOME DE AUTOR, 2004, p. 121).

Pode-se verificar através do Quadro 6, no critério 5 – “Recursos Humanos na Organização”, um índice de 62,50%. Apresenta uma situação regular, não se preocupando efetivamente com o meio ambiente e unicamente seguindo a Lei. É composto de três itens deficitários, o primeiro reside no fato clínica declarar que não atende integralmente as normas relativas à saúde e segurança dos colaboradores. Para exemplificar, tem-se a poluição sonora que os compressores odontológicos produzem na área externa da clínica, mas que, por estar alocado perto das janelas dos consultórios, provoca um desconforto auditivo tanto para os funcionários como para os pacientes. A segunda e terceira questões com falhas resultam da clínica não possuir uma política de treinamento na área de gestão de resíduos e por não haver esse treinamento, não pode ser realizado o acompanhamento após curso de qualificação. Apesar de estar em uma condição regular é significativo destacar alguns aspectos positivos, como a afirmação da criatividade ser um dos pontos fortes da organização e de seus colaboradores, algo realmente importante, mas vale ressaltar que é relativo para cada pessoa. Nesse contexto, tem-se a mesma visão sobre a questão do corpo clínico apresentar um comprometimento com a gestão ambiental. Outro ponto a ser discutido é a existência de uma política de valorização do capital intelectual, mostrando assim um reconhecimento desse tipo de recurso, que é obtido exclusivamente dos seres humanos onde estes, através dos seus potenciais, promovem inovações para as organizações.

O critério “Indicadores Contábeis” e seus subcritérios B - “Indicadores Ambientais de Contas de Resultados” e C - “Indicadores de Demonstração Ambiental Específica” não se adaptaram a clínica pesquisada. Como essa instituição faz parte de uma prefeitura, não há um contador para cada unidade de saúde e conseqüentemente não há vários balanços; o contador produz um balanço geral de todos os segmentos que compõem a prefeitura, por este motivo este critério não foi especificado neste trabalho e poderá ser estudado em trabalhos futuros.

4.3. Plano resumido de gestão ambiental

Após a análise feita sobre a sustentabilidade ambiental nesta clínica odontológica, recomendou-se um plano resumido de gestão ambiental para a mesma, no qual se desenvolvem medidas corretivas e ações de melhoria dos pontos deficitários identificados neste estudo. Para estruturar este plano, usou-se a ferramenta 5W2H (*What? Why? When? Where? Who? How? e How much?*). Essa ferramenta possibilita a determinação das metas e objetivos, acompanhados das justificativas, atividades e forma de trabalho, tendo sempre como objetivo melhorar a atividade prestada. A seguir, são oferecidas duas propostas de plano resumido de gestão ambiental para a clínica em estudo, feito a partir das suas questões deficitárias identificadas através deste estudo.

Ecoeficiência da Atividade Odontológica / Subcritério A - Atividade Odontológica

What? O que? Melhor tratamento nos resíduos e separação dos lixos gerados pela atividade odontológica.

Why? Por quê? Evitar impactos ambientais.

When? Quando? A partir de outubro/2010.

Where? Onde? Em toda a clínica odontológica inserida dentro da Policlínica de uma Prefeitura.

Who? Quem? Administração da clínica junto com a Prefeitura.

How? Como? Buscar dentro dos critérios de Ecoeficiência, novas técnicas a serem desenvolvidas.

How much? Quanto custa? Não apurado.

Recursos Humanos na Organização

What? O que? Fazer com que se cumpram todas as normas de segurança e saúde para os funcionários e proporcionar treinamentos de gestão de resíduos

Why? Por quê? Prevenir contaminações, doenças e efeitos maléficos ao meio ambiente.

When? Quando? A partir de outubro/2010.

Where? Onde? Em toda a clínica odontológica inserida dentro da Policlínica de uma Prefeitura.

Who? Quem? Administração da clínica junto com a Prefeitura.

How? Como? Procurar meios para se obter a solução desejada, como projetos, cursos, palestras e treinamentos.

How much? Quanto custa? Não apurado.

Para conseguir o aumento da porcentagem de sustentabilidade do subcritério “Atividade Odontológica”, sugere-se o tratamento dos resíduos radiográficos e se possível sua reutilização, mediante novas técnicas de ecoeficiência. Em relação à separação do lixo comum e do lixo hospitalar, é necessário um maior cuidado e correto armazenamento dentro da clínica. Essas medidas diminuirão o impacto que essa clínica causa ao meio ambiente. Apesar de este critério estar em situação regular (55,17%), é observado que ainda falta conscientização sobre as conseqüências poluidoras que essa clínica produz.

Sobre o critério “Recursos Humanos na Organização”, percebe-se que para melhorar esse índice, é preciso constatar o porquê de não ser atendido integralmente às normas relativas à saúde e segurança dos colaboradores e corrigir com urgência, visto que, é de extrema importância o seu cumprimento. Um dos motivos para essa questão ser falha é a falta de uma parede de chumbo na sala onde é retirada radiografias. Outra questão percebida é que não há nenhum tipo de recurso para qualquer forma de treinamento de resíduos, algo que precisa ser solucionado rapidamente, pois na maioria das vezes, é a falta de conhecimento do tratamento adequado dos resíduos que acarreta em muitos danos ao meio ambiente.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

A legislação sobre o meio ambiente precisa ser cumprida por todos os tipos de instituições, sejam elas públicas ou privadas, e assim ser aplicada a sustentabilidade da melhor forma possível. Conforme foi exposto, o tema sustentabilidade ambiental está cada vez mais abrangente e recebendo sua devida importância. As entidades que a praticam estão valorizando o meio ambiente e sendo reconhecidas pela população, causando uma boa imagem.

A Contabilidade ambiental auxilia na gestão das instituições através das informações contábeis, tentando mitigar ou eliminar os impactos ambientais causados pelo processo produtivo. Nesse sentido, foi escolhida uma clínica odontológica municipal para analisar seu índice de sustentabilidade ambiental. O método utilizado para esta análise foi o SICOGEA, porém foi adotada apenas uma parte desta metodologia, que se mostrou eficiente.

Atendendo ao principal objetivo, a clínica em estudo apresentou uma sustentabilidade global de 68,33%. Com base nesse índice, pode-se concluir que há uma sustentabilidade regular no que diz respeito aos aspectos e impactos ambientais da clínica odontológica, o que significa um nível médio de atuação por parte da clínica, que prioriza somente a legislação preocupando-se pouco com o meio ambiente.

No decorrer da pesquisa, percebeu-se que o subcritério A – “Atividade Odontológica” apresentou o índice de menor sustentabilidade com 38,88%, o que demonstra uma situação deficitária e conseqüentemente uma falta de preocupação e conscientização com a questão ambiental. Ainda, com os resultados da pesquisa, percebeu-se que o subcritério C – “Autoclavagem” teve o maior resultado, com índice de sustentabilidade de 81,82% mostrando assim estar de forma adequada. Porém, mesmo obtendo uma porcentagem adequada esse subcritério apresenta algumas falhas, como por exemplo, a forma errônea de armazenar o lixo comum e hospitalar.

Diante da análise parcial dos critérios e subcritérios, tornou-se possível verificar quais deles podem estar ou não impactando mais o meio ambiente e destacar a prioridade com que cada um deve ser visto e resolvido pela clínica odontológica. Seguindo esse contexto, a primeira prioridade a ser observada é “Atividade Odontológica”, que dentre as falhas temos como um exemplo, o não tratamento dos resíduos radiográficos. Frente a esse problema, sugere-se que a clínica procure meios para o devido tratamento desses resíduos. A segunda e terceira prioridade são “Recursos Humanos na Organização” e “Fornecedores” com o mesmo percentual. No primeiro tem-se como deficiência o caso de não ser cumprido todas as normas relativas à saúde e segurança dos funcionários e o segundo pode ser citada como deficitária a parte em que os fornecedores não se preocupam com o meio ambiente.

Todos esses resultados mostram o descumprimento em parte da legislação e a falta de condições, como as informações de segurança repassadas parcialmente, falta de equipamentos adequados como lixeiras seletivas, que devem ser oferecidos pela prefeitura do município para que os funcionários exerçam um descarte adequado e consciente dos resíduos, sem colocar em risco a sua própria vida, da população e do meio ambiente. Observou-se também, a própria irresponsabilidade de alguns funcionários que não respeitam as normas básicas de segurança. Portanto, percebe-se a necessidade de se implantar a educação ambiental, tanto pela parte dos governantes e autoridades competentes, como pela parte da população, para que aconteça a sensibilização e conscientização de todos os problemas e questões ambientais e conseqüentemente para que haja mudanças na postura ambiental.

Para futuras pesquisas, sugere-se que haja comparações com clínicas de outros municípios, para analisar se algumas dessas atuam e priorizam mais a área ambiental do que outras. Ainda, outro estudo a ser realizado poderá ser no sentido de analisar o critério “Indicadores Contábeis” e seus subcritérios B- “Indicadores Ambientais de Contas de Resultados” e C- “Indicadores de Demonstração Ambiental Específica”; e o subcritério B- “Incineração de Resíduos” do critério “Ecoeficiência da Atividade Odontológica”, não demonstrados neste trabalho.

REFERÊNCIAS

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC 306**, de 07 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o Gerenciamento de Resíduos de Saúde Pública. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/gentequefazsaude/bvsde/bvsacd/cd49/regula306.pdf>>. Acesso em 01 de julho de 2010.

AZEVEDO, F.A , **Toxicologia do Mercúrio**. São Paulo: Ed. Rima, p. 272, 2003.

BERNARDES, Rosana; SALDANO, Samanta Martins. **Análise Ambiental** – Lista de Verificação de uma Clínica Odontológica. Florianópolis: UFSC, Disciplina Contabilidade e Responsabilidade Social, 2010

BÉRRIOS, Manuel. **Aterros Sanitários: solução relativa**. Anais do X Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada. Rio de Janeiro: Out/2003, 12 p.

BRASIL. **Lei Nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Leis/L6938compilada.htm>> Acesso em 30 de junho de 2010.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Capítulo VI do Meio Ambiente, art. 225. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 30 de junho de 2010.

BRASIL, Presidência da República. Art. 12 da **Lei Federal 2.312**, de 3 de setembro de 1954.

BRASÍLIA. Rubens Amador Jr. Revista **Mercosul**: Aprenda o que é. Brasília, 1992.

CASTRO, Caê. **Secretaria de Comunicação Social**: Prefeito Dário Berger inaugura a Policlínica Municipal Centro. Florianópolis, Santa Catarina. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/imprensa/index.php?link=noticias&id_noticia=869>. Acesso em: 24 de junho de 2010.

COSTA, Raquel Dalla et al. **Sustentabilidade Ambiental**: Caracterização dos Resíduos de Amálgama Odontológico Gerados nas Clínicas e Consultórios da Cidade de Maringá – PR. 23º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. Disponível em: <<http://www.cepis.org.pe/bvsacd/abes23/III-001.pdf>>. Acesso em: 25 de junho de 2010.

DIÁRIO CATARINENSE: **Lixo hospitalar, perigo redobrado**. Disponível em: <http://www.ecoeacao.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=58&Itemid=41>. Acesso em 23 de junho de 2010.

ESTADÃO. **Entenda o que foi a Rio-92**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/entenda-o-que-foi-a-rio-92,3827.htm>>. Acesso em 02 de julho de 2010.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21 Brasileira**. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Agenda21/iniciar.html>>. Acesso em 02 de julho de 2010.

NEMAC-Núcleo de Estudos sobre Meio Ambiente e Contabilidade. Disponível em: <<http://www.nemac.ufsc.br/>>. Acesso em 24 de junho de 2010.

OLIVEIRA, Maria Teresa; LOPES, Wilson Roberto Cancian. **A Questão dos Resíduos Sólidos Urbanos e o Sistema Jurídico Brasileiro** – Caso de Florianópolis. Departamento de Engenharia de Produção e Sistema. Programa de Pós Graduação em Gestão Ambiental. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 16 de dezembro de 1997.

PEDROSA, Hugo Leonardo de Oliveira; FIGUEIREDO, Robéria Lúcia Queiroz; PEREIRA, Jozinete Vieira. **Trabalho de Iniciação Científica**. Estudo do gerenciamento dos resíduos odontológicos. Curso de Odontologia, Universidade Estadual da Paraíba. Anais... 58ª Reunião Anual da SBPC - Florianópolis, 2006. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/58ra/senior/RESUMOS/resumo_1688.html>. Acesso em 25 de junho de 2010.

SOUZA, Ramalho. **Avaliação da Sustentabilidade dos Aspectos e Impactos Ambientais de Serviços Odontológicos: Um Estudo de Caso**. SIMPOI. 2010

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004, p. 63.

ZANLUCA, Júlio César. **O Que é Contabilidade Ambiental?** Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadeambiental.htm>>. Acesso em 30 de junho de 2010.